O POVO NÃO ARREDA O PÉ: incidência de mulheres negras do Centro de Defesa Ferreira de Sousa ao Programa Lagoas do Norte em Teresina-PI

Natasha Karenina de Sousa Rego[1]

RESUMO

O artigo se dedica ao estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, da incidência de mulheres negras no movimento de moradores da Avenida Boa Esperança em Teresina, Piauí pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte. Na primeira parte é apresentada a organização de moradores da Av. Boa Esperança pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte; o segundo situa os moradores e moradoras atingidos enquanto povos tradicionais organizados pela permanência no território; e em seguida é é identificada a incidência das mulheres negras por meio do Centro de Defesa Ferreira de Sousa frente aos objetivos do Programa.

Palavras-chave: mulheres negras; comunidade Boa Esperança; Programa Lagoas do Norte.

ABSTRACT

The article is dedicated to the study, through bibliographical research, of the incidence of black women in the movement of residents of Avenida Boa Esperança in Teresina, Piauí, due to the permanence in the traditional territories of the bed of the Parnaíba River in resistance to the impacts of the Lagoas do Norte Program. The first part presents the organization of the residents of Av. Boa Esperança for their permanence in the traditional territories of the bed of the Parnaíba River in resisting the impacts of the Lagoas do Norte Program; the second places the affected residents as traditional peoples organized by their permanence in the territory; and then the incidence of black women is identified through the Ferreira de Sousa Defense Center against the Program's objectives.

Keyword: black woman; community Boa Esperança; Programa Lagoas do Norte

[1] Universidade Estadual do Piauí/ Universidade Federal do Piauí; Mestre em Direito (UFSC); email: nkaresr@frn.uespi.br

1. INTRODUÇÃO

O artigo se dedica ao estudo da incidência de mulheres negras no movimento de moradoras e moradores da Avenida Boa Esperança em Teresina, Piauí pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte (também Programa, Projeto[2] ou PLN), política pública de iniciativa da Prefeitura Municipal de Teresina (também Prefeitura ou PMT), organizadas no Centro de Defesa Ferreira de Sousa.

Em 2015, fui convidada a participar dos processos de formação e litigância estratégica do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, associação que reúne moradores atingidos pela segunda fase do Programa Lagoas do Norte (PLN) para pautar a permanência nas casas e territórios. Enquanto educadora, pesquisadora e assessora técnica em direitos humanos, vinculada institucionalmente aos sujeitos, percebi a atuação das mulheres negras da comunidade na organização e mobilização dos encontros nas casas; o cuidado ao oferecer macaxeiras cozidas, sucos e frutas de seus quintais; a realização das falas nas reuniões e nos atos.

Senti-me provocada a pesquisar com a comunidade e a colaborar com a visibilidade dos processos de resistência, por meio de agências de pesquisa, como outros pesquisadores, cujos trabalhos (CARMO, 2017; MONTE, 2016; PEREIRA, 2017; SANTOS, SANTOS, 2017; VARÃO, REGO, 2016; GOMES, 2015) foram selecionados para este estudo.

Quanto ao tipo de pesquisa, configura-se como descritiva, bibliográfica e documental (COSTA, COSTA, 2015) ao apresentar a incidência de mulheres negras atingidas que atuam no Centro de Defesa Ferreira de Sousa no contexto do Programa Lagoas do Norte, em Teresina-PI, a partir da seleção descrita de monografia (GOMES, 2015), artigos (SANTOS, SANTOS, 2017; VARÃO, REGO, 2016) e dissertações (CARMO, 2017; MONTE, 2016; PEREIRA) em diálogo com intelectuais negras brasileiras (CALDEIRA, 2019; CARDOSO, 2014; GONZALEZ,

[2]O termo Projeto Lagoas do Norte nomeia o grupo de mobilização virtual na rede social Facebook, Atingidos pelo Projeto Lagoas do Norte. (PEREIRA, 2017). “Atingidos” localiza o território/bairro que o PLN alcança, em suas duas fases, e caracteriza os moradores e moradoras implicados no processo de remoção e reassentamento involuntário (CARMO, 2017)

2020) que implicam em suas análises conexões entre as opressões de raça e gênero. O Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetadas pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte (PMT, 2014) e o Reassentamento Involuntário (BANCO MUNDIAL, 2001) foram dois documentos oficiais consultados.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que pressupõe o reconhecimento da singularidade das sujeitas e da importância de se conhecer suas experiências sociais (MARTINELLI, 1994). Assim foca-se a atenção naquilo que as sujeitas têm a dizer sobre suas atuações no contexto do Programa Lagoas do Norte, em Teresina-PI, o que, neste momento, foi colhido de forma secundária.

Por incidência, entendem-se as ações de um grupo destinada a influir nas decisões de governos, na criação ou modificação de políticas para garantir que não reproduzam qualquer tipo de discriminação a grupos sociais ou comunidades, e na implementação com participação e controle social (PONTUAL, 2017). São as ações empreendidas pelas mulheres negras para intervir no debate público e na tomada de decisões a respeito do PLN com os entes responsáveis e da sociedade civil.

No primeiro tópico é apresentada a organização de moradores da Av. Boa Esperança pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte; o segundo situa os moradores e moradoras atingidos enquanto povos tradicionais organizados pela permanência no território; e por último é é identificada a incidência das mulheres negras por meio do Centro de Defesa Ferreira de Sousa frente aos objetivos do Programa Lagoas do Norte

A pesquisa guarda relevância ao investigar um conflito piauiense contemporâneo e em aberto com processos contínuos de violações e resistências; documentar e visibilizar a atuação das mulheres negras enquanto sujeitas capazes de produzir conhecimento, o que dialoga com o referencial teórico do estudo.

2. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE MORADORES DA AV. BOA ESPERANÇA NO CONTEXTO DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE

O objetivo deste tópico é apresentar a organização de moradores da Av. Boa Esperança pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte, política pública (MONTE, 2016; DO CARMO, 2017) de iniciativa da Prefeitura Municipal de Teresina em parceria com o Banco Mundial e Governo Federal que, de acordo com o discurso oficial (TERESINA, s.d.), objetiva resolver problemas ligados às áreas ambientais, sociais e urbanísticas de 13 bairros da região Norte do município, por meio de um conjunto de ações integradas de cunho social, econômico, habitacional, de infraestrutura e de requalificação urbana e ambiental.

Desde a execução de sua 1ª fase, os moradores e moradoras denunciam a forma como a política tem sido executada: sem consulta prévia à população; com beneficiamento de grupos econômicos em detrimento da população local; adoecimento e falecimento dos idosos; remoção e reassentamento involuntário dos moradores como pressuposto do Programa; piora das condições de vida e moradia de quem já foi reassentado, descumprimento de normas constitucionais e internacionais de proteção de direitos humanos, direitos econômicos, sociais e culturais e meio ambiente (GOMES, 2015; VARÃO, REGO, 2016; MONTE, 2016; PEREIRA, 2017; DO CARMO, 2017).

No entanto, este processo de implementação tem enfrentado resistência dos atingidos, sobretudo por reivindicarem a permanência em seus territórios e manutenção dos modos de vida tradicionais[3]. A comunidade de moradoras e moradores da Avenida Boa Esperança, localizada no Bairro São Joaquim, em virtude da ameaça de remoção da segunda fase do Programa, tem se destacado pelas denúncias públicas de possíveis violações de direitos promovidas pelo PLN (MONTE, 2016).

Com o objetivo de promover a organização comunitária e articular perspectivas jurídico-políticas, sobretudo para a formulação de uma política de

[3] Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2015), a região possuía como primeiros moradores os indígenas e os vaqueiros, cujos descendentes mantêm os modos de vidas tradicionais no processo de fixação ao território: pesca artesanal, produção de cerâmica e telhas nas olarias, de frutas, hortaliças em vazantes e atividades artísticas e culturais, religiosidade de matriz africana com devoção aos ancestrais e às forças da natureza, e pequenos comércios.

reparação pelos danos provocados no contexto apresentado, os atingidos e as atingidas pelo PLN fundaram o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, em que se observa, a partir das reuniões comunitárias e da comunicação externa junto às mídias sociais, o protagonismo singular de mulheres negras, que sempre oferecem a casa para as reuniões e oficinas, articulam os e as pesquisadoras, mobilizam as vizinhanças e os grupos e páginas em redes sociais, participam das reuniões institucionais, atos e caminhadas e acolhem quem se soma à luta.

Organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas e o próprio Banco Mundial, que financia o Programa, estabelecem parâmetros para proteção dos direitos das comunidades em casos de remoção. A Organização das Nações Unidas no Guia "Como atuar em projetos que envolvem despejo e remoções?"(2017, p. 21) considera que "o reassentamento deve garantir que os direitos humanos das mulheres, crianças, povos indígenas e outros grupos vulneráveis sejam protegidos de forma equânime, inclusive no seu direito à propriedade e acesso a recursos."

O Banco Mundial (2001), em seus marcos documentais, entende que as "pessoas deslocadas deverão ser consultadas extensivamente e deverão ter oportunidades para participar do planejamento e implementação de programas de reassentamento". A remoção deve ser evitada ou minimizada; quando não for possível evitar o reassentamento, devem ser fornecidos recursos para que as pessoas deslocadas pelo projeto possam participar dos benefícios providos. Além disso, a condição de vida posterior ao reassentamento deve ser igual ou melhor que a anterior.

Na 1ª fase do projeto, os oleiros foram o foco do reassentamento involuntário. "Entre 2009 a 2014 foram atendidas 493 famílias" (TERESINA, 2014, p. 13), destas, 327 foram reassentadas no Residencial Zilda Arns, Bairro Nova Brasília, em apartamentos de 32m². Para quem tinha como quintal o rio e a vazante, em um modo de vida tradicional, ter que residir em blocos de concreto, num território e com vizinhanças desconhecidas, e exercer profissões estabelecidas pela Prefeitura é desestabilizar, desterritorializar e insistir na quebra do processo circular dos sujeitos (SANTOS, SANTOS, 2017).Os antigos moradores tiveram de sair de seus territórios

para residir em apartamentos menores, mais distantes do centro da cidade e alheados de seus modos de vida e de produção tradicionais.

De acordo com Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetadas pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte estima ser "necessário a desapropriação de 1730 imóveis o que acarretará o atendimento de 2180 famílias" (PMT, 2014, p.6).

O Programa tem a função não-declarada (VARÃO, REGO, 2016) selecionar quais cidadãos podem ter acesso à reestruturação do espaço urbano da região Norte da cidade de Teresina, deslocada de forma compulsória sem consulta prévia à comunidade de moradores. Este deslocamento é entendido como um processo de desterritorialização, de perda do espaço concreto de moradia e sobrevivência, e, consequentemente, das referências pessoais, culturais, econômicas, sociais e espaciais (HAESBAERT, 2004).

Tem sido colocado na forma de reassentamento involuntário, como pressuposto pela Prefeitura, que pode colaborar com a desestruturação dos processos de identificação individual e coletiva dos sujeitos com o seu espaço de vivência e para a desarticulação das relações de produção e de reprodução social tradicionais (PENIDO; MAIA, 2013), ao retirar os sujeitos de suas relações de família e vizinhança, dos territórios onde nasceram, cresceram e criaram os filhos, se situam suas roças, quintais e jardins, e suas memórias são cultivadas.

3. O POVO QUE NÃO ARREDA O PÉ: POVOS TRADICIONAIS ORGANIZADOS PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO

"O povo não arreda o pé. Não arreda o pé. Não arreda o pé porque não quer (2x)"; este refrão faz parte do repertório da comunidade. Não arredar (o) pé é "não desistir, resistir com veemência, agir com firmeza, ser irredutível" (NOGUEIRA, SILVA, 2017,p. 103). De suas casas construídas há décadas, de seus quintais, roças e vazantes, de seus terreiros (DO CARMO, 2017; SANTOS, SANTOS, 2017), da beira do Rio e das lagoas, os moradores e moradoras da Boa Esperança, povos tradicionais, afetados pelo Programa Lagoas do Norte "não arredam o pé". O

objetivo deste item é situar os moradores e moradoras atingidos enquanto povos tradicionais organizados pela permanência no território.

Por meio da música, “o povo” expressa a permanência (“não arreda o pé”) e a resistência (“não arreda o pé, não arreda o pé porque não quer”). Quem é o povo? De onde não arreda o pé? Maria Lúcia – Maria Lúcia de Oliveira Sousa – intelectual cis negra (PEREIRA, 2017; DO CARMO, 2017), filha de seu Ferreira de Sousa que nomeia o Centro de Defesa, uma das principais lideranças da comunidade responde:

> O povo da Boa Esperança é majoritariamente mulheres e são também pessoas idosas... Pessoas que contribuíram historicamente com Teresina e contribuíram com a sociedade de Teresina, porque essas mulheres, ali daquela região, elas tem uma importância! E nós, aqui em Teresina, esquecemos de valorizar o que é nosso! [...] [A prefeitura] adentrou as nossas casas de uma forma muito violenta, porque ela chegou nas nossas casas de manhã, pela manhã! Em um horário que só tinha crianças e idosos! Selou as nossas casas e foi perguntando pras pessoas se as pessoas queriam uma casa ou um apartamento. Agora, veja bem, uma pessoa que mora há mais de cinqüenta anos em um local e nunca precisou da prefeitura pra nada [...]! Porque a gente estudava longe, as mulheres se viram como podem: lavando roupa, trabalhando na horta, trabalhando na olaria pra criar os filhos pra botar nessa sociedade e, aí, a gente se depara em uma situação como essa! Então, assim, muitas idosas adoeceram, nós tivemos o caso de uma senhora, que é a dona Bela, que ela disse: “meu deus, entraram na minha casa e selaram a minha casa e vão botar a gente pra onde? A gente fica angustiada”. Uma semana depois ela enfartou e morreu! As nossas idosas adoeceram e a gente aproveita esse momento pra denunciar. (PEREIRA, 2017, p.35-36)

Destaca-se ainda a interseccionalidade “operador metodológico potente". É uma espécie de guia para percepção complexa de situações de opressão.” (CALDEIRA, 2019), que permite a leitura e análise de como os entrecruzamentos de estruturas de poder operam nas vivências e incidência “do povo”. São “mais de três mil famílias” (PEREIRA, 2017, p.47), com diversidade de idade, gêneros, raça e classe: idosos e idosas, crianças e adolescentes, homens e mulheres (GOMES, 2015); vazanteiros (PEREIRA, 2017); oleiros, ceramistas, ribeirinhos, vaqueiros, pescadores, descendentes de povos indígenas (IPHAN, 2015); são também comerciantes e profissionais liberais. São famílias que ocupam há mais de 30 anos (GOMES, 2015; SANTOS, SANTOS, 2017) o leito do Rio Parnaíba próximo ao seu encontro com o Rio Poti e as lagoas que se formam, e mantêm modos de vida

vinculados à pesca artesanal, à produção de cerâmica, de frutas, hortaliças e atividades artísticas (IPHAN, 2015).

São populações tradicionais que utilizam o território e os recursos naturais como base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, em biointeração, que para Bispo (2015, p.85) se expressa em: “a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia.”

Vivem dos recursos que a natureza oferece, do plantio e colheita nas vazantes do Rio Parnaíba em seus quintais (PEREIRA, 2017); conhecedores das terras e das águas, do tempo e das condições propícias para a realização das pescarias, fabricação de tijolos e outras práticas artesanais, transmitidas entre gerações.

O modo de vida em biointeração apontado por Bispo (2015) marca todas as dimensões da vida e política de vivência dos moradores e moradoras da Boa Esperança, que em solidariedade partilham a produção de alimentos (GOMES, 2015); as habitações em “puxadinhos improvisados, coabitação e laços comunitários” e artesania de enxovais para as mulheres grávidas da comunidade (SANTOS, SANTOS, 2017). As reuniões e atos públicos sempre contam com “riquezas plantadas […[na terra, legumes e frutas: none, batata, macaxeira, limão azedo, mamão, ata, batata doce, ciriguela e etc.” (GOMES, 2015, p.86), sucos de tamarindo, manga, caju e outras frutas, todos compartilhados e colhidos dos quintais dos moradores e moradoras.

Em diferentes fluxos, pesquisadores e profissionais colaboram com a atuação em Grupo de trabalho (GOMES, 2016), Projetos de comunicação popular como o Mulheres nos Terreiros da Esperança (SANTOS, SANTOS, 2017), ensaios fotográficos[4], assessoria técnica (VARÃO, REGO, 2016) e outras. As atividades realizadas fortalecem os sensos de comunidade, cidadania e democracia; injetam

[4] Ver: Existência, por Maurício Pokemon, disponível em <http://www.revistarevestres.com.br/fotos/existencia/>. Acesso de 20 abr 2019.

gás e animação para a continuidade da caminhada; aproximam os movimentos da cidade que lutam por moradia, direito à cidade, direitos das mulheres; mantém a si mesmos e aos moradores das vizinhanças mobilizados e, assim, ganham mais gente para a luta.

4. NÃO ARREDA O PÉ PORQUE NÃO QUER: RESISTÊNCIA DAS MULHERES DA BOA ESPERANÇA

O objetivo deste item é identificar a incidência das mulheres negras por meio do Centro de Defesa Ferreira de Sousa frente aos objetivos do Programa Lagoas do Norte. As trajetórias das mulheres negras, que se apresentam por meio das atingidas citadas, indicam um processo de formulação política próprio quanto à reparação. Se, em outros casos de violações de direitos perpetrados por projetos como o PLN há evidências de paisagens generificadas e racializadas (SILVA, 2010) como vítimas, na Boa Esperança, as cenas de deliberações comunitárias não apenas indicam o gênero e a raça que formam as vítimas.

Há uma dobradiça que parece não descontextualizar a vitimização em que estão inseridas, tampouco negá-la, mas as percepções prévias do campo sugerem uma reapresentação da cena de violação: as vítimas, em sua maioria mulheres negras, parecem movimentar-se em direção à ocupação da *pólis* (espaço público) a partir da politização de seu sofrimento não somente individual, mas, sobretudo, situado coletivamente.

Na luta por seus territórios, ao formular denúncias de remoções e violações ao direito à cidade e à moradia, meio ambiente e cultura locais, as mulheres negras evidenciam processos de violação, negações de direitos e políticas públicas às pessoas negras. De acordo com o delineamento do PLN, comunidades tradicionais periféricas precisaram e precisam ser removidas e reassentadas de forma involuntária para territórios outros, ainda mais periféricos, excluídas do beneficiamento promovido pelo Programa. Assim, a remoção das famílias, pode provocar o rompimento da tradição estabelecida entre o local de moradia,

moradores, saberes e fazeres tradicionais, o que pode significar perda do patrimônio histórico-cultural e ambiental da região.

Lélia González (2020b) identificou a articulação das estruturas de poder na definição do lugar social das mulheres, que as não brancas "sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente", de forma que "o racismo articulado com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular." (CARDOSO, 2014, p.972). As mulheres racializadas são vistas desde a colonização como corpos conquistáveis, matáveis. Nas sociedades americanas, as mulheres negras têm sua humanidade negada, são vistas como "corpos animalizados" (CARDOSO, 2014, p.974).

Ao elaborar e atuar sobre justiça em contexto de violações de direitos civis das pessoas negras, podemos utilizar da interseccionalidade (CALDEIRA, 2019), que permite compreender a junção das dimensões de raça, gênero e outras sobreposições que estruturam e condicionam a vida das mulheres determinando socialmente o lugar a ser ocupado na sociedade essas variáveis. Lelia Gonzalez defende "a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder" para desmascarar as estruturas de dominação de uma sociedade e questiona seus efeitos na definição do lugar social das mulheres, em que as não brancas "sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal racista dependente" (GONZÁLEZ, 2020a, p.138). O estudo das mulheres negras enquanto sujeitas de conhecimento e poder que incidem nas políticas públicas favorece a suas visibilidades enquanto seres humanas.

5. CONCLUSÃO

As mulheres da Boa Esperança têm escrito e contado suas histórias de permanências e resistências em atos, debates, oficinas, audiências e performances públicas, entrevistas a jornais e a pesquisadores, postagens em redes sociais, participações em eventos universitários, de pesquisa e de militância. Os cartazes, faixas e pixos nas paredes da vizinhança também falam. Seus corpos negros e indígenas, suas cores, fé e modos de vida carregam consigo legados ancestrais.

A comunidade da Boa Esperança ocupa, permanece e resiste no território do leito do Rio Parnaíba e lagoas na zona norte da cidade de Teresina de forma tradicional, em biointeração com a natureza, com utilização dos recursos naturais sem finalidade exploratória. Desde o início do Programa Lagoas do Norte, moradores desta e de outras comunidades sofrem remoções e/ou ameaças de remoção de acordo com o avançar da execução das fases do projeto. Às vésperas da 2ª etapa, em 2015, a comunidade se organizou para pensar alternativas ao reassentamento involuntário, colocado como pressuposto das continuidades das obras, e formas de permanecer no território e fazer parte do projeto.

As mulheres da comunidade, batendo de porta em porta, mobilizando virtualmente, realizando reuniões nas vizinhanças, constroem uma rede de solidariedade e militância entre os e as moradoras, Ministério e Defensoria Públicas Estaduais, movimentos sociais de Teresina, ativistas e pesquisadores que retardou a remoção de pelo menos 2180 famílias, garantiu a presença da comunidade em reuniões com a Prefeitura e o Banco Mundial, deu visibilidade política para os direitos dos moradores e o protagonismo das próprias mulheres. Têm educado a si mesmas, aos movimentos e a jovens pesquisadores que contam também a história da Boa Esperança a partir das crenças, saberes, agendas, comunicações e direitos dos povos tradicionais que ocupam este território.

As histórias contadas em artigos, dissertações, monografias, fotografias, entrevistas, faixas, cartazes, pixos e falas públicas apresentam como a luta de mulheres afro-indígenas pela permanência em seus territórios tradicionais produz resistência na comunidade, vizinhanças, movimentos sociais e academia. Quando as mulheres da Boa Esperança se movimentam toda a sociedade piauiense se movimenta. Rupturas sociais e epistemológicas trazem o povo, as vozes e agendas das mulheres, as resistências por elas produzidas para o centro da produção do saber. As pesquisas implicadas são escrevivências dos encontros com a comunidade.

O povo da Boa Esperança é povo que não quer arredar o pé: insiste em contar as memórias suas e de seus ancestrais; em cultivar modos de vida e de

relação com o território de cuidado de si e da natureza; e que tem na solidariedade a força para acolher os novos e os antigos, dialogar os saberes formais e informais e permanecer resistência.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Reassentamento Involuntário**. III Manual Operacional do Banco Mundial: Políticas Operacionais. OP 4.12. Dezembro 2001. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/21161129-op-bp-4-12-reassentamento-involuntario.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2021.

BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombo**: modos e significações. Brasília: Unb 2015.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, p.965-986. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2014000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

CALDEIRA, Bárbara. Reflexões sobre as contribuições teórico-metodológicas da intelectual negra Kimberlé Crenshaw e seu conceito de interseccionalidade. In: FREITAS, Viviane Gonçalves. **Intelectuais negras: vozes que ressoam**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019, p.109-134. Disponível em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/intelectuais-negras/>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

CARMO, Francisca Daniele Soares do. **Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas**[manuscrito]: (Territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte –PLN). 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Universidade Federal do Piauí). Teresina. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1178/DANIELE.pdf?sequence=1>. 31 de maio de 2021.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa**: entenda e faça. Petrópolis, RJ :Vozes, 2015.

GOMES, Glaudson Lima. **Programa Lagoas do Norte na Avenida Boa Esperança**: uma política de inclusão ou exclusão social em Teresina? 2015. Monografia (Bacharelado em Direito - Universidade Estadual do Piauí - UESPI). Teresina.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político- cultural de amefricanidade**.** RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020a, p.127-138

_____. Por um feminismo Afro-latino-Americano..RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020b, p.139-151

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: Do “fim dos territórios” e multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

IPHAN-PI. Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural e Artístico Nacional. Manifestação sobre a 2ª Etapa do Programa Lagoas do Norte. Teresina, 14 de junho de 2015. In: GOMES, Glaudson Lima. **Programa Lagoas do Norte na Avenida Boa Esperança**: uma política de inclusão ou exclusão social em Teresina? 2015. Monografia (Bacharelado em Direito - Universidade Estadual do Piauí - UESPI). Teresina.

MARTINELLI, M.L. O uso de abordagens qualitativa na pesquisa em Serviço Social. In: Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa. **NEPI**, PUC-SP, maio de 1994, p.11-18

MONTE, Catarina Nery da Cruz. **Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho, Teresina -PI**: quais diálogos? / Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –Universidade Federal do Piauí, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/636. Acesso em 31 mai 2021.

NOGUEIRA, Ismael David; SILVA, Armando Honório da. **Termos e expressões do coloquial do cotidiano da zona rural no Brasil central no século XX**. Goiânia: Gráfica UFG, 2017. Disponível em: https://www.cegraf.ufg.br/up/688/o/ebook_ismael_armando.pdf. Acesso em 31 mai 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Como atuar em projetos que envolvem despejo e remoções?** 2017. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/Guide_forced_eviction_portuguese.pdf. Acesso em 24 jun 2021;

PONTUAL, Pedro de Carvalho. Educação popular e incidência em políticas públicas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.01, p. 62 – 81 jan./mar.2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/29633.Acesso em 31 mai 2021.

PENIDO, Maria de Oliveira; MAIA, Laís Jabace. Os deslocamentos compulsórios e os reassentamentos como deflagradores de conflitos ambientais: um estudo de caso das hidroelétricas de Candonga e Itapebi. **Anais do Encontro Nacional da ANPUR**.

V. 15 (2013). Disponível em: http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/223. Acesso em 31 mai 2021.

PEREIRA, Lucas Coelho. **Os reis do quiabo**: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina - Piauí. 2017. 208f. Dissertação (Mestrado em antropologia – Universidade de Brasília). Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/23358. Acesso em 31 mai 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. (PMT). **Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetadas pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte.** Teresina: SEMPLAN, 2014. Disponível em: https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/PLN-II-Marco-de-Reassentamento-2014.pdf. Acesso em 31 mai 2021.

POKEMON, Maurício. **Existência**. 18/2/2016. Disponível em http://www.revistarevestres.com.br/fotos/existencia. Acesso em 31 mai 2021.

SANTOS, Sarah Fontenelle, SANTOS, Carmen Kemoly da Silva. Mulheres nos terreiros da Esperança: resistência nos territórios e a comunicação em dialogicidade. **Anais do V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e africanas** - África Brasil 2017. Disponível em: http://nepa.uespi.br/upload/anais/MTE0.pdf?121738. Acesso em 31 mai 2021..

SILVA, Carmen. Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho. ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera. (org.) **Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental. Recife:** SOS corpo, 2010, p.61-77. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920045806/pdf_953.pdf. Acesso em 31 mai 2021.

VARÃO, Lorena Lima Moura, REGO, Natasha Karenina de Sousa. O caso da luta das mulheres contra o deslocamento compulsório na Av. Boa Esperança, Teresina-PI. DIEHL, Diego Augusto, CORREIRA, Liziane Pinto (org). **Anais do VI Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais**. Brasília: IPDMS, 2016, p.1391-1402. Disponível em: http://www.ipdms.org.br/files/2013/10/ANAIS-2016-AJUSTADO.pdf. Acesso em 31 mai 2021